
Felixlândia/MG, 17 de novembro de 2021

CARTA DAS COMUNIDADES ATINGIDAS DE FELIXLÂNDIA

Nós das **comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem da Vale em Felixlândia**, viemos por meio desta carta apresentar nossas reivindicações no sentido de garantir reparação integral. Além disso, esperamos que esta carta desperte posicionamentos por parte dos comprometentes.

Nós somos **homens, mulheres, jovens, pescadores e pescadoras, faxineiras, agricultores e agricultoras**, em suma moradores da região. A destruição das nossas comunidades **não parou em janeiro de 2019**, pelo contrário, **a cada dia vemos se agravar e acumular uma série de danos** em nosso cotidiano.

Nossas vidas estão intimamente ligadas às águas. Sem ela não temos **trabalho, lazer, alimento, turismo e saúde**. Desde o rompimento, **o adoecimento das nossas comunidades vem se agravando**, seja o adoecimento mental, porque o nosso povo está triste e depressivo, seja o adoecimento físico, com doenças dermatológicas (na pele), doenças do coração ou relacionadas à bactérias como Hpylore.

Por esses motivos, solicitamos maior atenção à nossa região. A área 5 sequer foi reconhecida, no primeiro momento, enquanto atingida. **Nós lutamos para sermos reconhecidos, atingidos e atingidas**: essa é uma conquista do nosso povo.

É importante também evidenciar que a área 5 como um todo jamais foi contemplada com nenhuma medida emergencial, mesmo havendo inúmeras demandas das pessoas atingidas, **privadas do acesso a água** de qualidade para consumo humano, **dessedentação animal e atividades produtivas**. No entanto, continuamos a reivindicar atenção às diversas necessidades de nossas comunidades.

Gostaríamos de externar também o **modo desrespeitoso com que a Vale tem chegado às nossas comunidades**. É comum que a empresa chegue aos nossos

territórios por meio de suas empresas terceirizadas **trazendo informações desencontradas e desmobilizando a luta.**

Além disso, em suas reuniões, **a empresa Vale busca intimidar e calar a nossa voz e apresenta uma narrativa para as comunidades como se ela já tivesse realizado a reparação e nada mais devesse às comunidades.** Isso não é reparação, muito menos justiça e **nós queremos justiça.**

Diante do que expomos, reivindicamos:

- **Nitidez e objetividade quanto aos prazos de execução do acordo,** por parte do Comitê de Compromitentes. A falta de informação por parte dos comprometentes acaba desmobilizando e descredibilizando a luta nas comunidades. Assim, solicitamos que o Comitê de Compromitentes realize um Boletim periódico com informações de nosso interesse.
- Exigimos **participar de maneira direta do processo de reparação** das nossas comunidades. Hoje não sentimos que temos participação direta, por exemplo, não participamos do acordo firmado em 04 de fevereiro de 2021. **Reivindicamos a representação das pessoas atingidas nas próximas etapas** de implementação dos instrumentos desse acordo, principalmente dos projetos do **Anexo 1.1.**
- Que **os anexos sejam executados de forma transparente,** em prazo justo, garantindo a nossa reparação. Hoje nós estamos votando no Anexo 1.3, mas também já queremos ter acesso ao Programa de Transferência de Renda (PTR) e igualmente construir os projetos de demandas das comunidades (Anexo 1.1).
- Destacamos ainda que **uma série de erros foram cometidos com o Anexo 1.3.** Consideramos que a metodologia da consulta de priorização dos projetos **não pode ser chamada de popular e de participativa,** pois o procedimento não condiz com a realidade das comunidades que não dispõe de internet ou mesmo sinal de telefone, na maioria dos casos. O procedimento de votação se apresentou difícil e demorado, por isso, excludente. Além disso, não informaram em tempo hábil o período para inclusão do CPF na Justiça Eleitoral. Apontamos também o

caso em que um projeto de Morada Nova de Minas apareceu para ser votado em Felixlândia, dentro do tema Infraestrutura Urbana e Rural.

- **Não existe reparação sem participação.** Exigimos, portanto, a participação das pessoas atingidas no Comitê de Compromitentes, pois queremos participar dos processos de decisão.
- Solicitamos **que a Justiça cumpra seu papel e obrigue a Vale a executar as medidas emergenciais** (tais como fornecimento de água e alimentação para animais), revisando os critérios para que todos os atingidos possam receber seus direitos e nada menos do que isso.
- Também exigimos **maior aproximação do poder público, órgãos estaduais e instituições para que estejam mais perto das nossas comunidades** neste processo. Por exemplo, aproximação com o IGAM, SEMAD, CEAPA e seus estudos sobre água, além dos órgãos de saúde para um acompanhamento constante dos casos de adoecimentos recorrentes.

**NÓS EXIGIMOS JUSTIÇA,
REPARAÇÃO E RESPEITO
ÀS PESSOAS ATINGIDAS!**

Comunidades atingidas de Felixlândia